

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL
ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ata número vinte e oito

----- Aos quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, conforme convocatória devidamente arquivada e dirigida a todos os sócios pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (PMAG) da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) datada de vinte e um de Dezembro de dois mil e onze, pelas 10:30 horas, reuniram-se os sócios da ASPPM em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na sede nacional, sita na freguesia de Alcântara, Avenida de Ceuta Norte, Lote 14, Loja 1, 1350-410 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos, conforme solicitado pelo grupo de sócios peticionários da presente AGE: -----

Ponto 1.--- Execução orçamental ao nível de receitas e despesas; -----

Ponto 2. -- Cotas e dívidas; -----

Ponto 3. -- Lista e registo de associados da ASPPM; -----

Ponto 4.--- Representatividade da ASPPM noutras estruturas; -----

Ponto 5.--- Incumprimento das deliberações da Assembleia-geral; -----

Ponto 6.--- Liberdade sindical; -----

Ponto 7.--- Acompanhamento das denúncias em PGR; -----

Ponto 8.--- Destituição dos órgãos; -----

Ponto 9.--- Nomeação de comissão de gestão; -----

Ponto 10. - Outros assuntos de vital interesse da ASPPM. -----

----- Foi a AGE dirigida pelo PMAG, Paulo Jorge Cardoso Martins coadjuvado pelo Vice-Presidente da MAG (V-PMAG), Carlos Manuel Pires Saial Pina, completando a MAG o Presidente da Direção Nacional (PDN), Jorge Humberto Veloso Lopes, o Presidente do Conselho Fiscal (PCF) em exercício, Jorge Miguel Alves Costa, o Tesoureiro da DN, Eduardo Pedro Batista Segura e pelo Vogal da DN, José Avelino Gonçalves Roque. -----

----- Por à hora marcada - 10:00 horas - não se encontrarem reunidos a totalidade dos sócios foram os trabalhos iniciados pelas 10:30 horas, contando a AGE com a presença de vinte e dois sócios, conforme a lista de presenças anexa à presente. No cabeçalho da lista de presenças na AG onde se lê «Lista de presenças na A. G. Extraordinária – Agosto de 2004» deve ler-se «Lista de Presenças na A. G. Extraordinária – Fevereiro de 2012», a qual vai rubricada pelo presidente da MAG -----

----- Foram apresentadas à MAG vinte e cinco procurações de representação na AGE, das quais cinco não foram aceites pela mesa por os sócios não se encontrarem em pleno gozo de direitos associativos (incumprimento na quotização), por informação prestada pelo tesoureiro da DN, Eduardo Pedro Batista Segura, procurações que vão arquivadas em anexo. -----

----- Pelas 10:45horas o PMAG comunicou à assembleia a presença de vinte e dois sócios em pleno gozo de direitos associativos, conforme lista de presenças que se anexa, e de vinte

representados por procuração e em iguais condições de exercício de direitos associativos, tendo o sócio Valdemar Pedrosa evocado a nulidade das procurações, alegando que a representação por procuração em assembleia geral de sócios de associação só é admissível quando a esteja em causa a extinção da associação, de acordo com o Acórdão n.º 09B0139, de 16-04-2009, do Supremo tribunal. Todavia, não sendo possível consultar o aludido acórdão a AG depositou um voto de confiança no PMAG para a posterior elaboração da ata após a análise do referido acórdão, e se necessário pedir um parecer jurídico, seguindo os trabalhos com os votos presenciais e por procuração contabilizados em separado. Assim, após análise do aludido acórdão do STJ, eu – Paulo Martins, PMAG, considero as procurações apresentadas à MAG sem validade para a presente ordem de trabalhos, sendo que as votações em cada um dos pontos discutidos apenas refletem os votos exercidos pelos sócios presentes na AGE.-----

-----Pelas 11:00 horas o PDN, Veloso Lopes, fez a leitura da ata da última AG, passando-se pela 11:15 horas à discussão da Ordem de Trabalhos (OT) da AGE: -----

-----Ponto 1. Execução orçamental ao nível de receitas e despesas. De acordo com a OT o PDN fez um explanação do exercício contabilístico da ASPPM ao nível das receitas e das despesas durante o ano de dois mil e onze, conforme saneamento orçamental que se anexa, tendo o sócio Valdemar Pedrosa na sua intervenção discordando com o tipo de esclarecimento prestado pelo PDN, mais concretamente no que toca a cotas em atraso, por este não responder quais os sócios devedores, quais os montantes em dívida por cada sócio, e quais os períodos a que reportam as dívidas. O Tesoureiro da DN respondeu que de momento não podia responder a esses quesitos por a base de dados usada não lhe fornecer esses dados em automático, no entanto era possível obter esses números com um aturado e moroso trabalho de pesquisa. Chamada a AG a votar a explicação dada pela DN resultou o seguinte votação: votos contra 1; abstenções 5; votos a favor 14 – aprovada por maioria. Durante a discussão, e antes da votação, deste ponto os sócios Silva Baião e Rui Mesquita abandonaram os trabalhos da AG.

-----Ponto 2. Cotas e dívidas. Foi solicitado à mesa esclarecimento sobre os procedimentos que estavam a ser tomados sobre a cobrança coerciva das dívidas dos associados, de acordo com resolução aprovada em AG anterior. O PDN explicou que estavam a em curso ações junto dos sócios devedores tendentes à regularização dos montantes em dívida, nomeadamente o pagamento das cotas em atraso em prestações, tendo a DN responsabilmente optado por não seguir o caminho da cobrança coerciva, pois esta forma iria aumentar as despesas da ASPPM e poderia levar à perda de sócios. Chamada a AG a votar a explicação dada pelo PDN resultou o seguinte votação: votos contra 1; abstenções 3; votos a favor 13 – aprovada por maioria. Antes da votação os sócios José Oliveira, Amândio Bonacho e Paulo Mendes abandonaram a AG. -----

-----Pelas 12:30 horas foram os trabalhos interrompidos sendo retomados pelas 12:40 horas.-----

----- Ponto 3. Lista e registo de associados da ASPPM. Instada a mesa a pronunciar-se sobre o registo de associados, concretamente sobre o número total de sócios da ASPPM, sócios admitidos e demitidos. O PDN esclarece que existe a necessidade de atualização da lista de sócios, contudo na presente data a ASPPM conta com a inscrição um total de quinhentos e oitenta sócios inscritos, sendo quatrocentos deles efetivos, dos quais 235 em pleno gozo de direitos associativos, e cento e oitenta falecidos, expulsos ou demitidos. Chamada a AG a votar a explicação dada pelo PDN resultou o seguinte votação: votos contra 0; abstenções 1; votos a favor 16 – aprovada por maioria.-----

----- Ponto 4. Representatividade da ASPPM noutras estruturas. A AG pede esclarecimentos à mesa sobre os elementos que representam a associação junto de outras estruturas, de referir no Conselho da Polícia Marítima, no Conselho de Segurança Municipal de Lisboa e na Comissão Coordenadora Permanente. O PDN disse que no Conselho da Polícia Marítima continuam os elementos que foram eleitos pelos profissionais da PM, que embora o já tenha sido ultrapassado prazo do mandato para que foram eleitos por falta de nomeação de lista pela ASPPM para o processo eleitoral que foi aberto pelo CGPM, mas que estaria para breve a abertura de novo processo eleitoral para o efeito segundo informação do Comandante Geral da PM no último CPM de 15 de Dezembro de 2011. Quanto ao Conselho de Segurança Municipal de Lisboa está nomeado o sócio e Vice-Presidente da DN Amândio Bonacho, e na Comissão Coordenadora Permanente encontra-se igualmente nomeado o Vice-Presidente da DN e o Vogal da DN, Avelino Roque. Foi questionada a situação do sócio Amândio Bonacho, Vice-PDN, uma vez que este apresentou a sua demissão ao PMAG. O PMAG esclareceu que embora o Vice-PDN tenha pedido a sua demissão esta nunca foi aceite por este nem ratificada em AG, que esse pedido foi originado por motivos pessoais que o impediam de dispensar o mesmo tempo que até àquela data dispensava na representação da ASSPM junto das estruturas para as quais estava nomeado pela DN, tendo retirado o seu pedido de demissão, após nomeação pela DN de outros representantes. Chamada a AG a votar a explicação dada MAG e resultou o seguinte votação: votos contra 0; abstenções 0; votos a favor 17 – aprovada por unanimidade.

----- Ponto 5. Incumprimento das deliberações da Assembleia-geral. Questionada a DN sobre alguns incumprimentos de deliberações aprovadas em AG, nomeadamente o porquê da não publicação do “Macaréu”, a constituição do quite de sócio e se a sua entrega a novos sócios está a ocorrer e a alinação de património – venda de embarcação de recreio e propriedade da ASPPM. O PDN assumiu os incumprimentos de algumas deliberações, tendo esclarecido que quanto ao “Macaréu” a pretensão de reiniciar a sua publicação periódica gorou-se principalmente por falta de recursos humanos para colocar em funcionamento o secretariado da ASPPM e com o seu próprio destacamento para a Região Autónoma dos Açores. Quanto ao quite de sócio esbate-se novamente com a gestão de recursos humanos e financeiros, para poder efetuar uma sondagem de mercado que possa habilitar a DN a estabelecer quais os

brindes que constituirão no futuro o quite e a correspondente aquisição a melhor preço. Quanto alienação da embarcação de recreio da ASPPM o PDN declinou o incumprimento da deliberação da AG explicando que o que ficou aprovado na AG foi a DN apresentar propostas de venda da embarcação sendo então o assunto integrado na próxima AG, tendo o Vice-PMAG efetuado a leitura da ata no ponto que tratou esse assunto. Chamada a AG a votar a explicação dada pela DN resultou o seguinte votação: votos contra 0; abstenções 3; votos a favor 14 – aprovada por maioria.-----

-----Ponto 6. Liberdade sindical. A assembleia pretendeu saber qual o procedimento da DN tido após o conhecimento da não aprovação pela Assembleia da Republica da proposta de liberdade sindical na Polícia Marítima e qual o procedimento a ter. O PDN respondeu que ainda não foram oficialmente os sócios informados do chumbo da proposta, mas que o serão em tempo oportuno, a nível político esta derrota resulta essencialmente da existência de uma maioria parlamentar, embora o Partido Socialista também tenha votado contra, mas também porque o Partido Comunista Português não abdicou do principio da criação de um sindicato com direito à greve. No futura a liberdade sindical na PM deverá passar por estabelecer contactos com os partidos de esquerda com representação parlamentar e eventualmente deixar cair o direito à greve, no entanto enquanto se manter este cenário na Assembleia da Republica de maioria parlamentar os esforços tenderão a ser inglórios. Chamada a AG a votar a explicação dada pelo PDN resultou o seguinte votação: votos contra 0; abstenções 0; votos a favor 17 – aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto 7. Acompanhamento das denúncias em PGR. Foram solicitadas explicações sobre qual a situação e o que pretende a DN fazer quanto às denúncias apresentadas ao Procurador-Geral da República relativas ao uso por oficiais da marinha de fardamento, símbolos, insígnias e carteira profissional da PM. Respondeu o PDN que a quase totalidade das denúncias foram arquivadas, embora no seu entender de forma indevida, estando a aguardar da parte do apoio jurídico qual a possibilidade de reabrir algum deles e da ASPPM se constituir assistente naqueles que ainda se encontram em fase de inquérito e de se poderem efetuar novas denúncias e que, embora a Portaria que regulamenta o uso de uniformes da PM tenha sido alterada, existem suspeitas de que alguns oficiais continuam a fazer uso indevido de carteira profissional e de Bilhete de Identidade da PM, pelo que se for possível obter tais provas a DN não hesitará em denuncia-las lhe for possível entregará à DN as provas de tais factos. Chamada a AG a votar a explicação dada pelo PDN resultou a seguinte votação: votos contra 0; abstenções 0; votos a favor 17 – aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto 8. Destituição dos órgãos. Foi questionada a exoneração do cargo de Presidente do CF do sócio Valdemar Pedrosa e a nomeação do sócio Jorge Costa para o cargo. O PMAG esclareceu que tendo este apresentado a sua demissão do cargo, demissão que foi aceite pelo PMAG e que nomeou o primeiro vogal desse órgão para o exercício de PCF,

conforme consta do Regulamento Interno da ASPPM, e não de acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal que colide com os regulamentos da ASPPM, carecendo de alteração, no entanto tal exoneração e nomeação apenas se tornam definitivas quando ratificadas em AG de sócios, o que deverá ocorrer no próximo mês de Março. Objetivamente quanto ao constante neste ponto da OT não houve qualquer intervenção da AG ou da MAG, pelo que chamada a AG a votar resultou a seguinte votação: votos contra 11; abstenções 3; votos a favor 3 – chumbado por maioria. --- -----

----- No fim da votação do ponto 8 da OT o sócio Avelino Roque, Vogal da DN, e membro da MAG, abandonou os trabalhos por motivos pessoais. -----

----- Ponto 9. Nomeação de comissão de gestão. Este ponto não foi colocado a discussão nem a votação porque o ponto anterior foi reprovado por maioria da AG. -----

----- Ponto 10. Outros assuntos de vital interesse da ASPPM. -----

a) --O PDN esclareceu que é intenção da DN não abandonar a luta pela liberdade sindical na PM, no entanto votou à consideração da AG a possibilidade de avançar com o trabalhos e contactos com os partidos representados na Assembleia da Republica deixando cair o direito à greve, à semelhança do que acontece noutros sindicatos de forças policiais, pois tendo em conta o chumbo da proposta apresentada neste momento o que é mesmo importante é conseguir chegar à criação do sindicato e o restante virá por acréscimo. O PMAG chamou a AG a votar esta intenção de trabalho da DN tendo resultado a seguinte votação: aprovado por unanimidade. -----

b) --Continuou o PDN declarando que é tempo de repetir junto da tutela – CGPM e do poder político o pagamento dos subsídios que são devidos por direito aos profissionais da PM, conforme outras forças policiais congéneres, nomeadamente o subsídio de turno e piquete, uma vez que o CGPM aprovou e fez publicar o regulamento do horário de trabalho na PM e que se encontra em aplicação na generalidade dos comandos.

c)---O sócio João Leitão apresentou à MAG uma proposta, a que foi atribuído o n.º 1, no sentido de ser instaurado processo disciplinar ao sócio Valdemar Pedrosa por violação dos Estatutos e Regulamento Interno da ASPPM, proposta que votada pela AG resultou a seguinte votação: votos contra 10; abstenções 4; votos a favor 2 – reprovada por maioria. -----

d) --Valdemar Pedrosa solicitou à MAG intervenção tendo declarado para a AG que o motivo que o levou solicitara a AGE e alguns dos factos que a antecederam foi de tentar despertar os sócios para o real problema em que a PM se encontra tentando-os chamar a uma atividade associativa ativa, não pretendendo de forma alguma causar prejuízos para a ASPPM, para os órgãos sociais e seus membros. Após esta

declaração entregou à MAG a sua Credencial de Dirigente Nacional; lista de presenças na concentração da Comissão Coordenadora Permanente realizada em 14 de Dezembro de 2010; lista de presenças na manifestação de 06 de Novembro de 2010; lista de presenças no encontro nacional no Porto em 21 de Setembro de 2011; lista de presenças no passeio da indignação em Lisboa em 28 de Setembro de 2011.-

-----Concluídos os trabalhos previstos na OT para esta AG e nada mais havendo a discutir o Presidente da MAG, pelas 15:10 horas, pediu um voto de confiança para posterior redação da ata da Assembleia Geral Extraordinária, voto de confiança aprovado por unanimidade. -----

-----Seguidamente o PMAG fez uma breve declaração de encerramento dos trabalhos no sentido de fortalecer o movimento associativo, alertando para o quanto grave pode ser a repetição de acontecimentos como os que antecederam a AG, não deixando de realçar que o ambiente de salutar discussão desta AG só dignificam a maturidade democrática da ASPPM, fortalecendo a própria a ASPPM e os laços que unem aqueles que no passado e no presente procuram um Polícia Marítima digna.-----

-----Vão arquivados os seguintes documentos resultantes dos trabalhos desta assembleia: Convocatória para a Assembleia-Geral Extraordinária (1 fl.), Lista de presenças na AGE (39 fls.), vinte e cinco Procurações para representação de sócio na AGE (sem validade) (25 fls.), Demonstração do saneamento orçamental apresentado pela DN (7 fls.), trinta e cinco petições para a convocação da AGE (36 fls.), Comunicado do PMAG aos sócios (3 fls.), Carta do PDN dirigida ao PMAG (2 fls.) e Declaração do PDN aos sócios (5 fls.).-----

-----E para constar, foi por mim – Paulo Jorge Cardoso Martins, Presidente da MAG - lavrada a presente ata, que vai ser devidamente assinada e rubricada por mim e pelo Vice-Presidente da MAG – Carlos Manuel Pires Sail Pina.-----

Paulo Jorge Cardoso Martins
Presidente da MAG

Carlos Manuel Pires Sail Pina
Vice-Presidente da MAG